



## **NOTA RECOMENDATÓRIA Copspas/TCE-MT N.º 2/2025**

**Assunto: Desenvolvimento, Saúde e Cidadania para uma Formação Plena das Crianças e Adolescentes**

**CONSIDERANDO** a responsabilidade social do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE/MT), em promover ações em conjunto com o Estado e os Municípios com o intuito de colaborar com a efetividade das políticas públicas das diversas áreas, aplicando, quando cabível, o poder-dever sancionatório perante as omissões e/ou negligências aos Direitos Fundamentais;

**CONSIDERANDO** que a nota recomendatória constitui um instrumento de atuação do Tribunal de Contas, cujo objetivo é persuadir o destinatário a praticar ou a se abster de determinados atos em prol da melhoria dos serviços públicos de relevância social ou da observância dos interesses, direitos e bens tutelados pela instituição, funcionando, assim, como mecanismo de prevenção de responsabilidades ou de correção de condutas;

**CONSIDERANDO** os artigos 62-D e 63-A do Anexo Único da Resolução Normativa n.º 16/2021 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – RITCE/MT);

**CONSIDERANDO** a designação do Conselheiro Guilherme Antonio Maluf para presidir os trabalhos, as ações e os procedimentos de controle externo da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social no âmbito do Tribunal de Contas, nos termos das Portarias TCE-MT n.º 49/2022 e 2/2023;

**CONSIDERANDO** a Resolução Normativa n.º 6/2023-PP-TCE-MT, que regulamenta a composição e as atividades das Comissões Permanentes no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

**CONSIDERANDO** que a Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social tem como objetivo principal promover estudos, debates, e opinar sobre proposições em sua área temática, voltados par aos programas, projetos, ações e atividades governamentais que visem melhorar as condições de saúde, previdência e assistência social, bem como atuar como indutora de mudanças nestas respectivas áreas.

**CONSIDERANDO** as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, e da Lei n.º



8.142, de 12 de setembro de 1990, que definem a saúde como um direito fundamental de todo ser humano e um dever do Estado, a ser garantido por meio do Sistema Único de Saúde (SUS);

**CONSIDERANDO** as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social, que “Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências”;

**CONSIDERANDO** que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) instituído pela Lei Federal nº 8.069/1990, em seu art. 3º, assegura às crianças e adolescentes as garantias fundamentais para seu pleno desenvolvimento, em condições de liberdade e dignidade; e que tais direitos são reafirmados no art. 227 da Constituição Federal, que impõe à família, à sociedade e ao Estado o dever de promovê-los com absoluta prioridade, incluindo o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;

**CONSIDERANDO** a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define aprendizagens essenciais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, articulando a educação básica com demais políticas educacionais e intersetoriais, e que incorpora a saúde como tema transversal especialmente na competência geral nº 8 e nos componentes curriculares da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, valorizando os saberes diversos e reconhecendo o cuidado como direito coletivo;

**CONSIDERANDO** o Programa Saúde na Escola (PSE), instituído pelo Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007 e regulamentado por portarias interministeriais, com a finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica, mediante ações de atenção, promoção, prevenção e cuidado em saúde, constituindo-se como estratégia intersetorial entre educação, saúde, assistência social e segurança alimentar e nutricional, em conformidade com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS);

**CONSIDERANDO** a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 e a Resolução CD/FNDE Nº 3, de 4 de fevereiro de 2025, altera a Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos



da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

**CONSIDERANDO** os princípios da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e o ODS 4 (Educação de Qualidade), que reforçam a necessidade de articulação intersetorial entre os setores da educação e da saúde, visando à promoção do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, à prevenção de agravos e ao fortalecimento de políticas públicas integradas que garantam direitos, bem-estar e qualidade de vida;

**CONSIDERANDO** a Lei nº 14.819, de 16 de janeiro de 2024, que Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares e, a Carta Aberta Copspas/TCE-MT/2024, que trata da política de Saúde Mental em Mato Grosso, contemplando todos os grupos etários, especialmente crianças e adolescentes, no âmbito preventivo e permanente, e que propõe cinco ações estratégicas: reorganização da rede de atenção biopsicossocial com inclusão da saúde digital; fortalecimento dos vínculos integrativos de natureza humanística sociais, escolares e familiares; ampliação do acesso psicossocial; capacitação de profissionais da área; e o monitoramento dos recursos públicos específicos destinados à Saúde Mental;

**CONSIDERANDO** que o ambiente escolar constitui espaço privilegiado para ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e formação cidadã, devendo contemplar também a primeira infância, mesmo fora da escolarização formal, por meio de iniciativas de corresponsabilidades intersetoriais articuladas nas áreas de saúde, educação e assistência social;

**CONSIDERANDO** a articulação de políticas públicas deve assegurar o pleno desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens em seus diferentes ciclos de vida, especialmente aqueles em situação de insegurança alimentar e nutricional, garantindo condições adequadas de saúde, bem-estar e promoção de direitos, reconhecendo que investir em saúde escolar é investir em capital humano;

A Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e com fundamento nos dispositivos legais aplicáveis, propõe a expedição das seguintes

Recomendações:



## 1. Às Prefeituras Municipais do Estado de Mato Grosso:

**a)** Integrar às políticas públicas municipais, no âmbito do planejamento, orçamento, gestão e governança, medidas estratégicas intersetoriais voltadas ao desenvolvimento, à saúde e à cidadania, com o objetivo de assegurar a formação plena de crianças e adolescentes;

**b)** Inserir nos instrumentos de planejamento municipal incluindo planos, relatórios e leis orçamentárias uma rubrica específica que assegure recursos suficientes para a execução das ações do Programa Saúde na Escola (PSE), contemplando tanto as necessidades programadas quanto as demandas emergenciais identificadas nos diagnósticos socioterritoriais;

**c)** Assegurar suporte político, institucional e administrativo à coordenação e ao funcionamento dos comitês gestores do PSE, garantindo ampla participação da sociedade civil, dos conselhos de políticas públicas e dos órgãos de controle social;

**d)** Assegurar que os serviços e recursos da rede de atenção à saúde estejam alinhados às demandas identificadas pelo PSE, garantindo a incorporação prioritária dessas ações no planejamento das unidades de saúde;

**e)** Integrar ao PSE as demandas identificadas nos serviços socioassistenciais voltados à primeira infância (como o Programa Criança Feliz), assegurando articulação com a política de segurança alimentar para atender famílias em situação de vulnerabilidade, inclusive aquelas com crianças e adolescentes fora da escola;

**f)** Facultar às escolas, de forma complementar e suplementar, a oferta de serviços e meios de cuidado em saúde identificados pelo grupo gestor do PSE, utilizando recursos próprios ou pactuados entre setores, promovendo a saúde no ambiente escolar e assegurando a efetividade dos programas, e implementar propostas que atendam plenamente às necessidades, considerando as especificidades sociais de cada município. A seguir, destacam-se algumas das principais medidas:

- **Promoção da segurança alimentar:** assegurar alimentação saudável e balanceada, valorizando a agricultura familiar, promovendo educação alimentar, hortas pedagógicas, capacitação de servidores, acompanhamento pelos conselhos escolares e



monitoramento nutricional dos estudantes;

- **Promoção da saúde mental:** implementar ações de prevenção e cuidado integral no ambiente escolar, com foco no fortalecimento de vínculos sociais e familiares, desenvolvimento de habilidades socioemocionais, formação e apoio a professores e equipes escolares, identificação precoce de sinais de sofrimento psicoemocional e encaminhamento qualificado à rede de atenção psicossocial, assegurando acompanhamento contínuo e integrado ao SUS e à rede de proteção social;
- **Promoção da saúde ocular:** assegurar a detecção precoce de problemas visuais, por meio de triagens oftalmológicas, com integração à Atenção Básica do SUS para exames regulares e fornecimento de óculos, conforme previsto na PSE;
- **Promoção da saúde bucal:** institucionalizar a integração da equipe de saúde bucal às atividades escolares, com ações regulares de educação em saúde e atendimento preventivo incorporado à rotina escolar;
- **Educação contra o uso de drogas:** implementar ações preventivas contínuas, fundamentadas em evidências, promovendo protagonismo juvenil e construção de projetos de vida saudáveis; e
- **Formação continuada dos profissionais:** assegurar capacitação permanente dos profissionais da educação em alimentação saudável, saúde mental, primeiros socorros, inclusão e promoção da saúde, garantindo recursos, infraestrutura adequada e continuidade das ações, em conformidade com a LDB e o PNE, além de incentivar pesquisas e debates técnico-científicos.

**g)** Assegurar que todas as ações e investimentos destinados à saúde escolar estejam pautados pela legislação vigente, com especial atenção à transparência e ao controle social na aplicação dos recursos públicos;



**h)** Promover ações de controle e monitoramento, fortalecendo o controle social e garantindo a participação ativa da sociedade civil em parceria com os órgãos competentes;

## **2. Ao Governo do Estado de Mato Grosso:**

**a)** Integrar às políticas públicas estaduais, no âmbito do planejamento, orçamento, gestão e governança, medidas estratégicas intersetoriais voltadas ao desenvolvimento, à saúde e à cidadania, com o objetivo de assegurar a formação plena de crianças e adolescentes;

**b)** Assegurar a articulação intersetorial entre as secretarias estaduais e demais órgãos pertinentes, promovendo políticas públicas integradas que potencializem a implementação de ações de promoção da saúde e cidadania nas escolas;

**c)** Assegurar que todas as políticas e ações promovam o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social das crianças e adolescentes, em condições de liberdade e dignidade, conforme previsto no ECA, BNCC, PSE, PNPS e ODS, reconhecendo que investir em saúde escolar é investir em capital humano;

**d)** Disponibilizar orientação técnica, capacitação e recursos financeiros adequados às prefeituras para a execução das ações do PSE e demais programas de saúde escolar, incluindo suporte para demandas emergenciais identificadas nos diagnósticos socioterritoriais;

**e)** Implementar programas de formação permanente para gestores e profissionais estaduais e municipais da educação e da saúde, abordando saúde mental, primeiros socorros, inclusão, alimentação escolar, prevenção de agravos e promoção da saúde integral;

**f)** Incentivar ações regulares de promoção a saúde alinhadas às diretrizes do SUS, nas medidas de: saúde mental, nutricional, ocular, bucal e prevenção ao uso de drogas, e outras necessárias conforme as necessidades e especificidades sociais de cada município, e às políticas nacionais correspondentes;

**g)** Estimular estudos técnico-científicos, experiências-piloto e projetos de inovação que subsidiem políticas públicas e contribuam para a replicação de boas práticas em saúde e educação escolar;



**h)** Fortalecer espaços de controle social estadual, garantindo a participação ativa da sociedade civil, de conselhos e comitês na formulação, execução e monitoramento das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento, saúde e cidadania de crianças e adolescentes;

**i)** Estabelecer mecanismos de acompanhamento sistemático das ações municipais, promovendo a coleta e análise de dados sobre saúde, nutrição, educação e bem-estar dos estudantes, garantindo transparência, controle social e participação ativa da sociedade civil;

### **Encaminhamentos:**

Recomenda-se, ainda, o encaminhamento da presente Nota Recomendatória para conhecimento às seguintes Câmaras, Conselhos e Órgãos de Mato Grosso:

#### **Âmbito Municipal:**

- Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional dos Municípios
- Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente
- Conselho de Secretarias Municipais de Saúde
- Conselhos Municipais de Educação
- Conselhos Municipais de Assistência Social
- Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional
- Conselhos Municipais de Direitos Humanos

#### **Âmbito Estadual:**

- Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado
- Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente
- Conselho Estadual de Saúde
- Conselho Estadual de Educação
- Conselho Estadual de Assistência Social
- Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**SECRETARIA-GERAL DE PROCESSOS E JULGAMENTOS**

Telefones(s): (65) 3324-4348 | 3324-4349

E-mail: [segeproju@tce.mt.gov.br](mailto:segeproju@tce.mt.gov.br)

- Conselho Estadual de Direitos Humanos

**Órgão Estadual:**

- Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

Tribunal de Contas de Mato Grosso, Cuiabá-MT... de ..... de 2025.

(assinatura digital<sup>1</sup>)

**CONSELHEIRO GUILHERME ANTONIO MALUF**

Presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social